

JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009. 258 p. (Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade).

Antonia Celene Miguel

O livro de Maria A. Chaves Jardim, que traz em seu conjunto o prefácio da socióloga francesa Monique de Saint Martin (EHESS) e a breve apresentação do professor Iram Jácome Rodrigues (USP) representa não somente uma importante contribuição para pensar questões acerca dos rumos do sindicalismo, mas trata-se de uma análise que propõe uma nova forma de abordar a relação capital e trabalho. No estudo realizado por Jardim essas duas categorias são analisadas sob um cenário de mudança cognitiva, que consiste na forma em que os sindicalistas vêm se posicionando no mercado das finanças em relação ao gerenciamento dos fundos de pensão.

A partir de estudo empírico realizado no Brasil e na França, a autora observa que a idéia de proteção, segurança e insegurança social tem sido atrelada ao mercado tanto por parte do governo quanto por parte dos próprios sindicalistas, resultando, assim, numa política de proteção social via fundos de pensão. No caso do Brasil, especialmente, Jardim afirma que tal processo pode ser interpretado como uma crença – produzida e reproduzida pelo governo, sindicatos, centrais sindicais e diversos atores do mercado financeiro – os quais concebem os fundos de pensão como ferramenta de inclusão social, por meio de uma *convenção cognitiva*, (ou uma mudança de *habitus* no sentido de Pierre Bourdieu, 1989) que vê no mercado a possibilidade de projetos de inclusão social, cujo ápice do processo de institucionalização acontece no Governo Lula.

Nesse contexto, Jardim aponta uma hipótese inovadora sobre a possível “moralização e/ou domesticação do capitalismo” (p. 24) especialmente no Governo Lula, a qual consiste em combater o capitalismo “com as suas próprias armas” (p. 24), como afirmou um dos entrevistados da autora. Nesse sentido, a transformação de recursos advindos da especulação financeira em capital para a promoção e

## RESENHAS

geração de emprego e renda. Dessa forma, os fundos de pensão são legitimados através da negação da sua natureza lucrativa, fazendo com que práticas de mercado sejam utilizadas não só como mercadorias, mas como um ideário moral e de inclusão social. A domesticação do capitalismo faria parte do mesmo processo que nega o capitalismo selvagem, tendo como discurso dominante o uso do dinheiro dos fundos de pensão em favor dos trabalhadores. O uso dos fundos de pensão em projetos sociais para a Nação e a presença dos sindicalistas em posições estratégicas do mercado financeiro, fazem com que tal domesticação tenha o objetivo de influenciar o rumo do próprio capitalismo.

Na perspectiva de Jardim, a proposta do Governo Lula com base num projeto que busca associar aposentadoria ao trabalho via fundos de pensão, dialoga, de certa forma, com a tese levantada por Robert Castel (2003), no que diz respeito à necessidade de reconfigurar as proteções sociais. A tese central de Castel sobre a *individualização da segurança* sustenta que o sistema clássico de proteção, é dominado por garantias ligadas ao trabalho, garantias estas que são financiadas com cotizações recolhidas do próprio trabalho. Na opinião de Castel (2003) o aumento do desemprego em massa, de formas precárias de relações de trabalho, diminuição da população considerada ativa e o crescimento da expectativa de vida são variáveis responsáveis pela instabilidade do sistema de proteção. Jardim argumenta que Castel não mostra apenas a impossibilidade desse sistema em atender aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho, mas também defende um modelo de proteção social que possa ser uma resposta a crise do Estado Social, seguindo uma política que tende a *individualização das proteções*, de forma a promover a proteção social de indivíduos gerando assim uma *sociedade de semelhantes*. Nesse sentido, Jardim (p. 134) argumenta que “a intersecção entre trabalho e mercado, com a (re)mercantilização do trabalho é uma alternativa a insegurança social.” Para a autora os argumentos de Castel apontam para a domesticação do mercado, sendo esta a tese principal de Jardim.

Considerando um processo de convenção cognitiva (ou mudança de *habitus*), em que a inclusão social possa ser favorecida através do

mercado, Jardim verifica que existe por parte dos atores (governo e sindicatos) envolvidos no fundo de pensão, a produção e reprodução de certas convenções sociais, tais como responsabilidade social, governança corporativa, que remetem a monopolização de um discurso de *moralização das finanças*, o qual contribui para configurar, não só, as novas características do capitalismo brasileiro contemporâneo, mas uma nova postura do sindicalismo diante desse sistema.

No intuito de mostrar a trajetória desse processo no Brasil, Jardim apresenta um histórico conciso sobre as primeiras ações de proteção social no Brasil, as quais foram desenvolvidas como medidas assistencialistas, a criação dos fundos de pensão em 1977 até a formação da agenda desses fundos pelo PT (Partido dos Trabalhadores), o uso dos fundos de pensão durante as privatizações das estatais e as mudanças proporcionadas pelas leis criadas no Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e regulamentadas pelo governo Lula, que dão a estrutura técnica e o arcabouço jurídico para a consolidação do mercado dos fundos de pensão no Brasil.

Jardim constata que a política de diálogo com os bancos no governo FHC esteve voltada somente para o mercado de previdência aberta, em detrimento dos fundos de pensão. No governo Lula a política dos fundos de pensão segue uma nova orientação e se torna uma ferramenta de inclusão social, capaz de colaborar no desenvolvimento sustentável e no investimento em infraestrutura, gerando emprego e renda mediante a utilização dos recursos oriundos da poupança dos trabalhadores. A *popularização do capitalismo* é o argumento usado pelo governo para legitimar seus projetos de inclusão social via mercado. Sendo que os sindicalistas também se utilizam desse discurso de moralização financeira para legitimar a mudança de pauta e de suas estratégias de luta.

O incentivo à criação da previdência associativa nos sindicatos tornou-se uma das grandes ênfases do Governo Lula. Com a participação de sindicalistas e de representantes dos trabalhadores nos conselhos dos fundos, faz com que estes tenham um maior reconhecimento. Tendo como suporte um discurso de governança

## RESENHAS

corporativa, que prevê a proteção dos direitos minoritários, e poupança dos trabalhadores, os sindicatos exigem a participação nos conselhos dos fundos e buscam participar dos processos decisórios sobre os recursos dos trabalhadores, estendendo para o espaço financeiro a atuação do espaço trabalhista.

Jardim demonstra em seu estudo, que os sindicalistas fazem uso de um discurso de ética e de responsabilidade social, para expressar a preocupação de investir em empresas que possuem atividades consideradas socialmente responsáveis, como respeito ao meio ambiente, ao negro e a mulher, a não utilização de trabalho infantil e terceirizada, dentre outros critérios. Para chegar a essa conclusão, a autora realiza um mapeamento para identificar a "elite sindical dos fundos de pensão" (p. 242), apontando quem são os líderes e/ou os empreendedores morais desse projeto, resgatando suas trajetórias sociais e profissionais. Pois a partir desse levantamento, Jardim verifica como ocorreu o processo de reconversão dos sindicalistas via mercado, as tensões, os conflitos e o embate de forças entre aqueles que não aderiram a essa reconvenção na forma de administrar os fundos de pensão.

A autora nos mostra que esse processo de reconversão se tornou possível mediante uma educação financeira e previdenciária proporcionando uma socialização em torno do *dom* dos fundos, na qual uma elite ensina/orienta a fazer o uso cauteloso do dinheiro e das finanças. Jardim nos atenta para o fato de que apesar dos sindicalistas defenderem a previdência complementar e tenham um diálogo constante com o mercado financeiro, não deixaram necessariamente o princípio de coletivismo da previdência, pois defendem os fundos de pensão numa perspectiva de grupo, com ênfase social. Para Jardim, nesse diálogo com o mercado financeiro o sindicalismo brasileiro sinaliza a criação de uma nova solidariedade para os trabalhadores que são cotistas dos fundos de pensão. Jardim sugere que esta *nova solidariedade*, de características ambíguas e contraditórias, torna explícito o *pacto social* entre mercado, trabalho e Estado.

A política de fundos de pensão, revela que o segmento financeiro lidera a política no Brasil, sindicalistas, ex sindicalistas e membros do PT fazem parte dessa *nova elite*, que comanda os fundos de pensão em algumas posições estratégicas do mercado financeiro. Dessa forma, a autora nos mostra a existência de um diálogo e convergência de interesses entre a *elite sindical* e a *elite financeira*. Embora Jardim aponte que os sindicalistas detenham um poder limitado nos conselhos de fundos de pensão, eles fazem parte dos processos decisórios e colaboram com a reconfiguração dos destinos do novo capitalismo brasileiro, promovendo mudanças nos espaços políticos e sociais, tornando-se atores da nova governança no Brasil.

Jardim conclui que esse processo representa um cenário que pode ser entendido como de novas estratégias sindicais que buscam respostas para uma possível crise de estratégias e objetivos tradicionais que atinge o segmento sindical, exigindo novas formas de organizar e de pensar as relações capital/trabalho.

---

Antonia Celene Miguel é graduada e mestre em Ciências Sociais pela UFSCar e doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFSCar.  
E-mail: celenemiguel@bol.com.br

### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CASTEL, Robert. *L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil, 2003.

Texto recebido em 01/10/2010.  
Aprovado em 20/10/2010.